



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

SUCESSÃO E ABANDONO NAS PRAIAS DE SALVADOR/ BA: OS EFEITOS DA POLUIÇÃO URBANA NAS PRÁTICAS BALNEARES

Daniel Juracy Mellado Paz (FA-UFBA) - danielmelladopaz@hotmail.com

Professor assistente da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA

Sucessão e Abandono nas Praias de Salvador/ BA

Os Efeitos da Poluição Urbana nas Práticas Balneares

RESUMO

O processo de ocupação do litoral e urbanização, capitaneados pela vilegiatura marítima e pelo lazer balnear ou, pelo menos, litorâneo, leva à transformação das praias selvagens e rústicas em praias urbanas, nas cidades costeiras do país. Seguindo, grosso modo, uma sucessão de praias da moda, da fulguração de uma elite, ditando comportamentos, para praias populares, com acesso em massa da população por transporte coletivo e vias de fácil comunicação. Em Salvador, porém, registra-se ainda o recrudescimento do uso de tais praias urbanas e mesmo seu abandono total. Fora o processo conhecido e documentado, em outras cidades e em Salvador, da incompatibilidade de convívio entre estratos sociais, aventamos uma hipótese complementar: a contaminação das águas, no quadro geral dos problemas de saneamento urbano, como fator crucial para a freqüência às praias. A marcha da urbanização, litorânea e geral da cidade, coincide com o comprometimento da qualidade das águas. Para explicar discrepâncias específicas, lançamos mão de uma hipótese subsidiária, com a diferença entre a aferição do nocivo e a percepção do sujo pelos usuários de diferentes estratos. Além de considerar as implicações do saneamento das próprias atividades que ocorrem na faixa de areia.

1. introdução

A praia, como um destino ligado ao lazer, é originalmente um lugar visitado. Num primeiro momento, um destino distante. Nas últimas décadas, almejada como uma versão do paraíso terrestre¹. Uma curiosa versão, uma vez que se dá onde já existe gente – freqüentemente, assentamento de pescadores, transtornado e transformado por essa nova procura. Afinal, eles que dão a condição inicial de pousada para essa leva pioneira de moradores da cidade que buscam ali esse refúgio.

Temos, assim, uma jornada mais longa e uma estadia prolongada, um veraneio em casas de aluguel ou segundas residências, numa vilegiatura que vai se consolidando. O perfil dessas praias varia²; o que nos importa é que estes lugares operam como postos avançados da cidade, cuja melhoria gradual das condições de transporte - vencendo vaus de rios com sucessivas pontes, com serviço regular de transporte ou vias de acesso mais franco³ – acabam por mudar essa situação. Aparecem excursionistas, em jornadas de um dia. O que era distante torna-se próximo, e a cidade se faz presente ali. O litoral rústico se urbaniza.

A praia urbana ou por urbanizar-se, acessível a medidas de tempo consideradas então aceitáveis, pode se tornar o que chamaremos de *praia da moda*. Local da fulguração de uma elite cultural da cidade, entendida como lugar sofisticado, apanágio de um perfil específico da população. Em alguns casos, inaugurando ou difundido práticas que confrontam as morais e bons costumes vigentes, por gente sancionada para tanto. Escandalizando, mas criando o precedente. Em Salvador, esse fora o papel das praias da Barra durante décadas, onde se apresentavam os trajes de banho mais arrojados, as últimas novidades em termos de veículos terrestres e aquáticos⁴. Esta elite pode ser, de certa maneira, *contracultural*, como se deu na Boca do Rio, na famosa Praia dos Artistas, onde pela primeira vez aparecera o *topless*⁵, e em Areembepe⁶, ícone *underground* cuja aura até hoje atrai visitantes, embora em menor número.

Diferente é a *praia popular*, em que pessoas afluem em massa. Quase nunca são de seu entorno, ou pelo menos o entorno não pode suprir a praia com tamanho contingente. Freqüentemente, estratos de renda menor. Há, ainda, aquelas praias, que chamaremos de *praias locais*, freqüentada pelos moradores do entorno, num uso praticamente osmótico, que podem nunca experimentar a fama ou popularidade. Estes são papéis sociais atribuídos às praias, por assim dizer, que se alternam seguindo um certo padrão. A sucessão desses atributos no litoral atlântico de Salvador servirá como introdução ao nosso problema.



Figura 1 – Toponímia geral das praias da cidade de Salvador, com ênfase nos locais citados no texto. Mapa do autor.

Não há dificuldade em reconstituir através dos periódicos o avanço rumo ao litoral norte (Fig. 2 e 3). Curiosamente, constarão sempre os usos da praia, relacionados a um veraneio crescentemente ancorado no litoral – uma vez que o do começo do século XX não era – e os meios de locomoção. ‘Tínhamos um veraneio crescente no Porto da Barra e no Rio Vermelho, alcançado por linhas de bonde a partir de 1872 (PORTO FILHO, s/d). A abertura da Av. Oceânica, entre 1912 e 1922, franqueou a ocupação e o veraneio nas Quintas da Barra, a região de mar aberto próxima ao Farol, e na atual Ondina, trecho entre a Barra e o Rio Vermelho. Entre os anos 1930 e 40, o Rio Vermelho se consolida como bairro residencial⁷, incorporado à cidade. O trecho seguinte, Amaralina, ponto final do bonde, despontava como local de maior afluência, com práticas praianas já similares às atuais, distante do tímido banho salgado das primeiras horas da manhã, e do recato da exposição do corpo. Em 1949 inaugura-se a primeira parte da Estrada Amaralina – Santo Amaro de Ipitanga, que seria ampliada em extensão e largura ao longo dos anos, tornando acessível e

visível um cordão de dunas e coqueirais que foram saudados e cantados em loas repetidas vezes, à medida em que eram destruídos pela expansão urbana. Na década seguinte despontam as casas de veranistas na antes longínqua Itapuã. As praias da Barra – Farol e Porto – se estabelecem então como as mais populares, com os problemas naturais do adensamento e incompatibilidade de atividades⁸. A partir de 1960, crescem as menções a praias mais distantes, acessíveis somente com o transporte automotivo particular⁹. Em 1970 praias antes distantes - como Pituba, Jardim de Allah, Armação e Itapuã – aparecem entre as mais freqüentadas¹⁰. Nos anos 1980, teremos esse mesmo perfil nas praias de Itapuã, entendida como “santuário do verão baiano”¹¹.

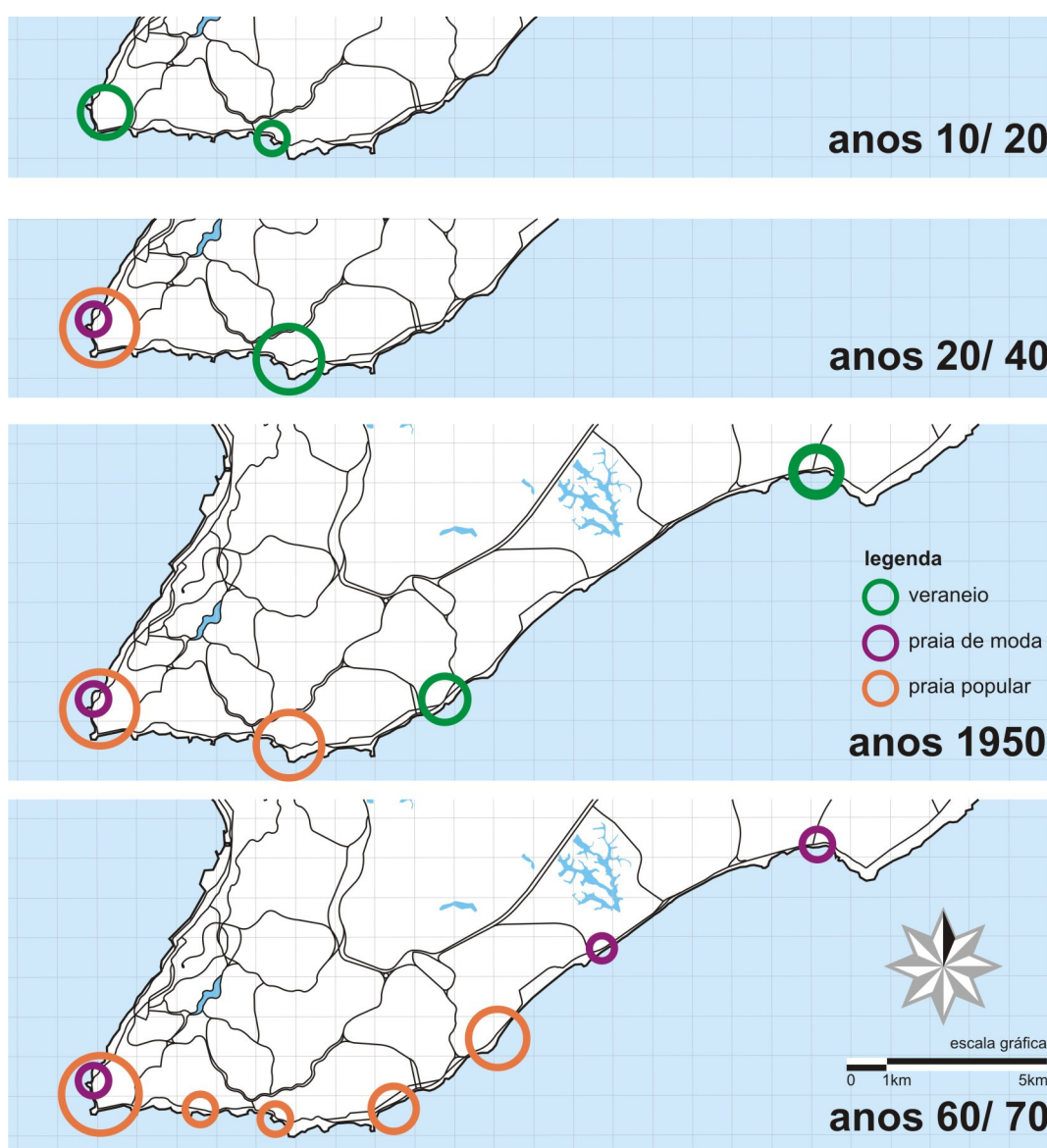


Figura 2 – Processo geral de sucessão das praias na orla atlântica da cidade. Infelizmente, sem discriminar intensidades de uso, os estratos sociais e a marcha da urbanização e abertura de vias. Falta também um acompanhamento similar para a orla interior da cidade. A base viária é atual, e não faz jus aos avanços da vilegiatura. Mapa do autor.

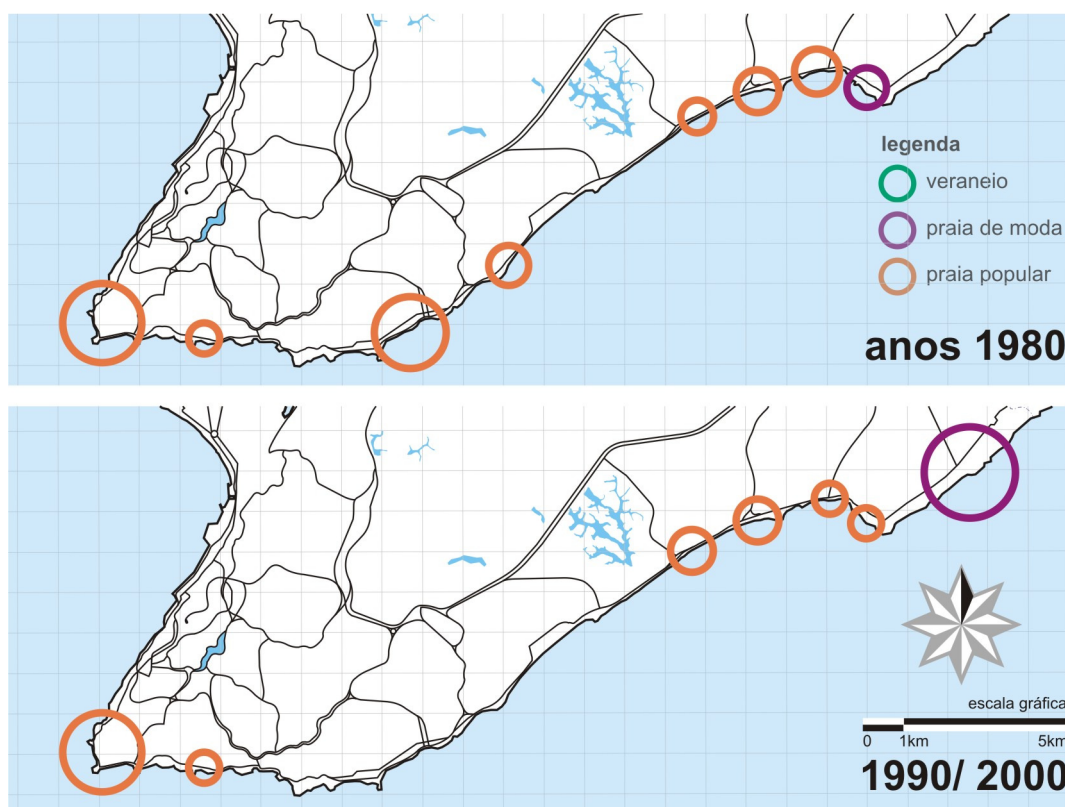


Figura 3 – Mesmo processo nas últimas décadas. Assinaladas as praias que têm um público além dos moradores vizinhos (PAZ, 2008). Mapa do autor.

O que se observa, na literatura do gênero e em Salvador, é uma velocidade de escape das praias de moda para distâncias crescentes. De fulgurações momentâneas, que depois se consolidariam pelo uso massivo, e de uma elite que, assim, estaria sempre a fugir para mais além, como ocupação, e valorização, pioneira do litoral desocupado – ou antes, ocupados. Assim, praias rústicas tenderiam a se tornar praias de moda, e estas, em praias populares. Porém, o acesso de uma elite pode ser pontual, bancada por condições específicas e seletivas de transporte ou estadia; já o acesso massivo requer uma estrutura intensa, propiciada pela cidade. Essa antropização, que lhe tira toda a rusticidade anterior, é a própria urbanização do litoral. Parte de um fenômeno maior, que Dantas (2002) chama de *litoralização*, e que se manifesta em escala regional (MACEDO & PELLEGRINO, 1996).

Porém, não foi apenas isso que observamos, em Salvador. As praias não são zonas meramente adicionadas a um estoque crescente. Essa freqüência à praia, malgrado sua ampliação, também se dá com o *abandono* de áreas antigas, que não se prestam mais à procura. Antigas praias da moda, depois populares, foram abandonadas, restando-lhes o uso local, ou mesmo o abandono completo. O fenômeno em investigação é o dessa *mudança de uso das praias*, que chega ao caso extremo de deixar atrás de si o ermo. Se foi

possível reconstituir com clareza o alastramento das praias, e em algumas medidas suas práticas, essa questão e suas razões são de mais difícil reconstituição.

2. a marcha da contaminação urbana

Temos, então, um processo de sucessão no uso das praias, com alguns casos de redução a um uso “vegetativo” pelos moradores do entorno ou até seu abandono total. Aventemos três hipóteses, a partir de processos que ocorrem no litoral: a mudança nos valores da sociedade, a mudança no seu quadro de freqüentadores e a mudança da constituição física do litoral.

De fato, existem mudanças nos valores que guiam a relação com o mundo natural. Isso possui um tempo mais longo de maturação, e raras vezes podemos acompanhar a inflexão. O caso mais claro é a procura inicial pelas águas protegidas, do interior de enseadas ou áreas resguardadas, para o mar batido, de ondas fortes e ar puro. O litoral oceânico tornou-se local do desejo. Em seguida, do papel terapêutico desta água salgada, fria e brusca, e brisa constante, deslocado depois para os antes temidos raios solares. Modificando-se, portanto, o horário de visitação (AZEVEDO, 1988). No entanto, não vimos mudança na cultura de praia desde a ascensão da praia como hábito geral da sociedade soteropolitana, já nos anos 1960, que explicasse esse abandono. Os valores gerais dados aos fatores físicos da praia continuaram os mesmos¹².

Outra possibilidade é a mudança no quadro de usuários. Um depoimento singular ilustra-o com perfeição:

A praia de Santana era muito freqüentada pela elite do bairro, somente deixando após a construção da Avenida Cardeal da Silva, que passou a ser a principal via de chegada, aos sábados, domingos e feriados, de verdadeiras legiões de farofeiros, desembarcados dos ônibus que os traziam da Federação e adjacências. Nesta época houve também a invasão dos moradores da Vasco da Gama, principalmente do populoso trecho conhecido como Vila América. Como conseqüência natural dessa avalanche de intrusos, considerados indesejáveis, pois provinham das camadas sociais mais baixas e que tomavam a praia de assalto, houve o afastamento dos freqüentadores tradicionais, ou seja, das pessoas que residiam no Rio Vermelho, as quais passaram a procurar e freqüentar outras praias, cujo ambiente fosse ainda selecionado, existente lá pelas bandas da Pituba, Piatã e Itapuã. (PORTO FILHO, s/d, p.82)

Assim, a mesma fluidez no transporte que facilitou o veraneio – mas nem sempre o antecedeu, visto que a pressão para sua melhoria veio, muitas vezes, dos veranistas - e propeliu a formação do barro foi um dos responsáveis pelo seu fim como praia de lazer de poucos. Costa, Dantas e Silva (2005) elaboram hipótese similar para Fortaleza¹³. Esse processo explica a sucessão de públicos; mas não o abandono generalizado de alguns sítios.

Vejamos a terceira hipótese: a mudança da constituição física. Em Salvador, historicamente a ação geral, pública e privada, foi sempre no sentido de *deteriorar* as condições físicas valorizadas no litoral. Não no de reforço de alguma condição prévia desejada, como a vegetação, ou o engordamento das praias, ou criação de recifes artificiais, ou mesmo de jardins públicos, como os Jardins de Santos ou o Aterro do Flamengo. Como nem sempre a intervenção humana é sinônima de destruição¹⁴, não se deve confundir o exposto com a antinomia natural/ artificial. A mão humana pode qualificar um espaço para aquilo valorizado pela sociedade em um dado momento. Não é o caso de Salvador – até o final do séc. XX quase toda intervenção foi entendida no final como uma subtração de qualidade¹⁵. Por outro lado, tampouco a deterioração física do meio se tornou um fenômeno de porte maior, como a erosão ou deposição de sedimentos, que tanto andam transtornando as praias brasileiras¹⁶. Ela se deu em um grau menor, sem alterar a fisionomia geral da praia, mas sim as características procuradas pelos usuários. Devido a essa particularidade, acreditamos englobar a maioria dos fenômenos relevantes para o uso da praia sob a idéia de *poluição*. A hipótese que apresentamos é que a marcha da procura das praias, de elite e popular, está associada à marcha de sua deterioração física, que precisamos agora definir.

A poluição no litoral não é algo novo, em geral. A crença antigo da praia como local infeccioso, de miasmas marinhos e exalações pútridas, curiosamente contrastante com a defesa posterior dos ventos oceânicos, não era disparatada se lembrarmos do monturo de resíuos que era. Se assim foi durante todo o Brasil Colônia (ARAÚJO, 1993), essa prática se manteve até a segunda metade do séc. XX¹⁷. As praias continuaram alvos de rejeitos de domicílios¹⁸, estabelecimentos comerciais¹⁹ e da atividade produtiva²⁰. Especialmente grave era o caso de lixo hospitalar, como os do Hospital Couto Maia, comprometendo a Pedra Furada, e do Hospital Português. Também era comum o lançamento de óleo pelos navios, hoje ilegal²¹. Essa situação mudou, e os resquícios de atividades extrínsecas ao lazer minguaram no final do século. Com o decréscimo da deposição de resíduos sólidos, consolidou-se como majoritária a contaminação pelos efluentes urbanos.

O CEPED (1979) apontara então como os grandes poluidores das praias os esgotos sanitários, por meio dos rios urbanos e por terminais, legais ou clandestinos. Podemos,

então, discernir três diferentes escalas para a gênese da contaminação no litoral: uma urbana, outra de bairro, e uma terceira estritamente local. As duas primeiras apresentam caráter similar, embora com abrangências distintas. A terceira merecerá um tópico à parte.

Na escala urbana operam os grandes rios urbanos – Lucaia, Camurugipe, Rio das Pedras e Jaguaribe – ao coletar de suas bacias hidrográficas, em um *entorno expandido*. Há uma correspondência entre a consolidação geral da urbe, mesmo em áreas distantes das praias, e sua contaminação. Ao usar as bacias hidrográficas para os efluentes, a cidade em expansão coincidentemente descarrega sua carga no bordo atlântico, para onde convergem quase todos os rios urbanos. O espraiamento ao longo do litoral contribui somente com os terminais locais.

Assim, se a praia atlântica soteropolitana apresenta hoje em dia certa autonomia de uso em relação ao entorno imediato (PAZ, 2008)²², ela não é total, vinculada ao solo urbanizado por meio das águas servidas. O acesso viário à praia é porta aberta para a urbanização, enquanto a vilegiatura é a urbanização propriamente dita. Em uma cidade sem saneamento básico, urbanizar sempre foi sinônimo de criar pontos de contaminação, independente da freqüência do uso da praia. A poluição gradativa nas praias segue a marcha da ocupação da orla, ao passo em que mudava dos contingentes de usuários que, por sua vez, alavancava em algo a ocupação urbana. Em algo, porque nem toda ocupação costeira, em Salvador, teve relação com a segunda residência, ou mesmo foi privilégio das classes mais abastadas²³. Foi na expansão pelo litoral norte, para além do município, que a ocupação costeira se deu capitaneada pela vilegiatura marítima.

Na escala de bairro, temos, por meio de conexões locais em terminais de despejo pluvial e cloacal, uma relação direta do estado da praia com a ocupação costeira. Sobrepõem-se, assim, os efeitos da ocupação litorânea, vilegiatura ou não, com a marcha da ocupação global da cidade.

Pois, de fato, o saneamento urbano é recente em Salvador. Em 1972 iniciou-se a construção do emissário submarino do Rio Vermelho, como parte do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Salvador e do Centro Industrial de Aratu, de 1970. Anunciara-se, com otimismo injustificado, que as praias ficariam livres do esgoto. No entanto, se o plano abrangia 12 bacias sanitárias, então se implantaram apenas três bacias, atendendo 12% da população. Tampouco este sistema, sem as conexões de cada bairro, resolveria o problema. No mesmo ano, a pequena praia da Pedra do Boi, no mesmo bairro do emissário, das poucas não poluídas da região e com público constante, recebeu um terminal de esgoto, como forma de evitar alagamentos de rua vizinha²⁴, condenando a praia. A

contaminação seguia a progressão das praias demandadas. Se as praias da Barra eram procuradas nos anos 1970, já em 1969 se anunciava sua contaminação²⁵. Conexões domésticas ligadas a saídas pluviais afetavam as praias da Barra, Ondina, Rio Vermelho e até Pituba²⁶. A Barra era ainda afetada pelo Riacho dos Seixos, que incluía a poluição do Hospital Português, assim como o Rio Vermelho pelo rio Lucaia (CEPED, 1979). Todas essas praias eram acedidas por transporte coletivo, e em áreas consolidadas. Em direção nordeste a carga poluente minguava, com o decréscimo da densidade populacional. Até 1970, o processo de poluição encerrava-se na Pituba; a ocupação urbana não havia comprometido ainda os rios Camurugipe, das Pedras e Jaguaribe; estes dois últimos recolhem águas do Miolo, nome pela qual é conhecida a vasta área disposta entre a Av. Luís Viana Filho (Paralela) e a BR-324 (Fig.1), com população majoritariamente de baixa renda. De todos os modos, a comparação do quadro de contaminação é difícil, porque não havia medição bacteriológica. Até o começo dos anos 1980 escapavam desses efeitos as praias de Armação, Jardim de Allah e Itapuã²⁷. Esta, porém, em 1987, estava já contaminada pelos terminais²⁸. A contaminação dos rios urbanos era comprovadamente pior que a dos esgotos locais²⁹, com carga mais intensa, especialmente no rio Camurugipe e Rio das Pedras. A poluição industrial no Litoral Norte, apesar de impactante³⁰, era algo isolado e distante da cidade.

A progressão do uso das praias, galvanizadas por uma demanda intensa para depois serem descartadas, coincide com a marcha das águas contaminadas, explicando-se mutuamente em certa parte. O caso mais dramático no século talvez tenha sido as praias do bairro do Rio Vermelho. Local de veraneio elegante desde a segunda metade do séc. XIX, tem sua ocupação consolidada por volta de 1940. Registrava-se, em 1987, afluência de moradores locais, além de gente oriunda dos bairros vizinhos da Federação e Garibaldi³¹, ainda que praias comprometidas pelos esgotos, e após a destruição direta da praia da Mariquita pelas obras do emissário submarino, cujos impactos no regime de ondas levou à erosão da vizinha praia do Forte. As praias da Pituba apresentam uma situação mais extrema. De um uso massivo nos anos 1970 e 80 - estudo do Governo do Estado de 1973 falava em frequência média de 4.000 pessoas na praia da Pituba aos finais de semana (BAHIA, 1973) - hoje está quase totalmente deserta. Enquanto Amaralina, que desde os anos 40 (PMS, 1941) até os anos 70 (LOPES, 1984) era praia popular, hoje tem uso apenas por moradores, em determinado trecho; em outro, defronte ao Largo das Baianas, onde se registrava grande público, não há ninguém.

É usual, em grandes cidades litorâneas, a descaracterização das antigas praias em estuários e baías, como ocorreu no Rio de Janeiro (GASPAR, 2004). O anômalo em

Salvador são tais fósseis urbanos de um ciclo de uso e descarte ocorrer em águas abertas, com suas praias relativamente intactas, e com tamanha velocidade. Praias oceânicas famosas ainda são freqüentadas, como Boa Viagem em Recife, e Ipanema e Copacabana no Rio de Janeiro. Em Salvador, a digna exceção é a Barra.

Assim, no geral, a poluição, na forma da contaminação das águas, responderia pela forte redução no uso de algumas praias, e até mesmo abandono. Se para um panorama de décadas e para a orla atlântica a hipótese se ajusta, na outra face da cidade, e no litoral oceânico nos últimos anos, os resultados aparecem destoantes.

Para uma parcela do litoral, houve recuperação da qualidade da água. Primeiro, em 1985, com a construção de duas estações elevatórias na Barra, eliminando seus terminais de lançamento de esgotos. E, mais propriamente, a partir de 1995, com o início do Programa Bahia Azul de saneamento básico, atendendo aproximadamente 80% da cidade (Fig. 4). Os terminais de esgoto na praia foram eliminados, dos 300 pontos em toda a orla³². Assim, as áreas consolidadas passaram por uma mudança gradual na qualidade da água, voltando a ser próprias para banho, principalmente aquelas não afetadas diretamente pelos rios urbanos. A foz destes e suas proximidades afetadas pela pena de dispersão de suas águas melhoraram em condições normais³³, pois o rio Camurugipe volta a receber a carga cloacal em época de chuvas³⁴. Enquanto as novas áreas da cidade, fora do sistema, mantêm ainda a lógica da urbanização e contaminação do mar.

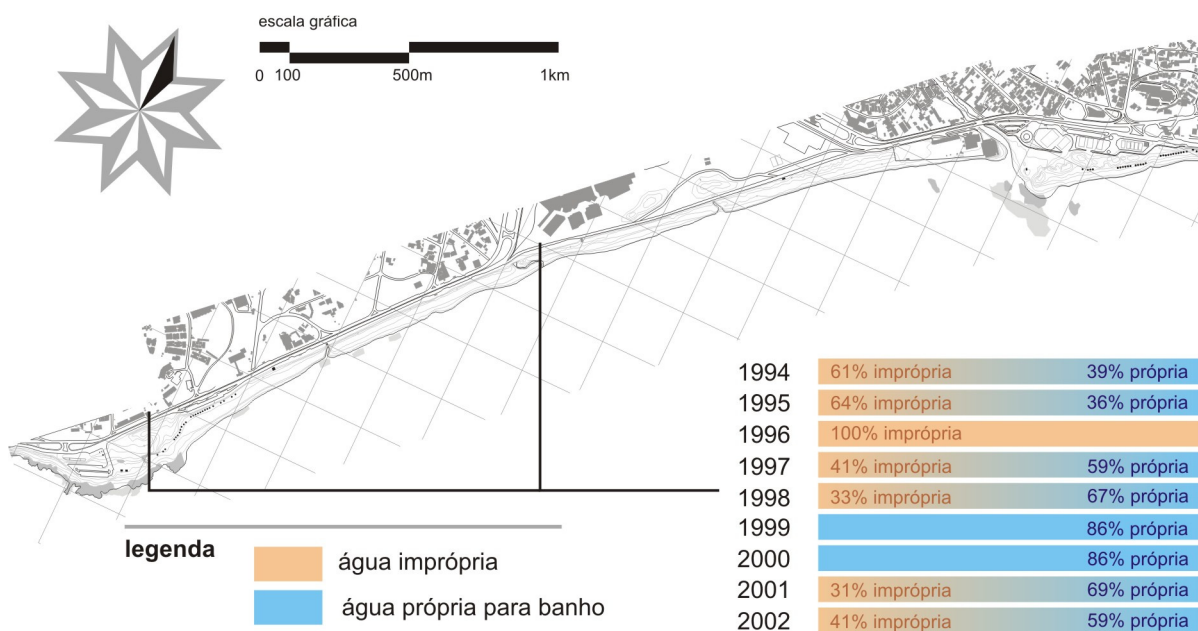


Figura 4 – Exemplo de trecho descontaminado, na praia de Armação. Nem todas as áreas tiveram processo tão evidente, especialmente as afetadas pelos rios urbanos. Fonte dos dados: CRA, 2000 (apud CARVALHO, 2003). Mapa do autor.

Desde então, a situação mudou na orla atlântica da cidade: as praias da Pituba tornaram-se próprias em 1997; Amaralina, no ano seguinte; em 1999, estavam próprias as do Rio Vermelho; em 2000, Armação. Em 2005, as praias atlânticas se haviam recuperado. As notáveis exceções dizem respeito aos rios urbanos não atingidos pelo sistema, o Rio das Pedras e o rio Jaguaribe, cuja bacia possui elevada carga de contaminação. Além de trecho de Itapuã, ainda comprometido por ligações clandestinas locais na drenagem pluvial. Apesar disso, muitas das praias recuperadas permanecem desertas, passados dez anos, desmentindo inicialmente nossa hipótese. Assim como a situação contrária: de praias contaminadas continuarem com uso constante. Era a situação das praias interiores da cidade, aquelas voltadas para a Baía de Todos os Santos. Elas foram igualmente recuperadas quanto ao esgoto doméstico, embora em porcentagem menor. Se algumas, muito demandadas, agora têm águas limpas - como São Tomé de Paripe, Boa Viagem e Ribeira - há outras ainda impróprias - como Periperi, Penha e Pedra Furada - algumas ainda bem freqüentadas.

Para explicar esse quadro, aventamos hipóteses complementares.

3. o nocivo e o sujo

Ao se atentar para o uso das praias, em intervalos menores de tempo e discriminando seus usuários, percebe-se que não há uma correspondência precisa com o grau de poluição das praias. Nisso, algumas questões precisam ser postas.

Em primeiro lugar, a distinção da contaminação do litoral, que afeta somente os processos biológicos do lugar e dos seus visitantes, tornando o ambiente *nocivo* ao homem, daquilo que entendemos como *sujeira*. A nocividade não se relaciona diretamente com o desagrado do ambiente entendido como sujo. O primeiro liga-se aos processos biológicos da saúde, enquanto o segundo, aos processos perceptivos.

Águas contaminadas por coliformes fecais, invisíveis a olho nu, não são critério imediato para a presença de banhistas. Influenciam somente quando a contaminação é conhecida, e quando o indivíduo releva essa informação – considera o doravante invisível em algo real e perigoso. Assim, temos uma discrepância entre o nocivo e o sujo. Há formas de contaminação entendidas como sujeira, como a presença de óleos. Águas transparentes, ainda que coalhadas de coliformes fecais, poderão ser vistas como limpas. Processos naturais como algas, embora inofensivas, são compreendidos como sujeira nas águas.

No entanto, cabe observar que a percepção da poluição urbana das praias foi tardia, pela imprensa e pelos usuários soteropolitanos. Antes dos alertas dos médicos sanitaristas, e de uma cobertura mais sistemática de órgãos como CRA (Centro de Recursos Ambientais, atual Instituto do Meio Ambiente), a contaminação por efluentes domésticos era desconhecida em toda sua extensão. Basicamente se dava em seus aspectos visíveis, como as línguas negras, sequer sem medição bacteriológica.

Num primeiro momento, os sinais foram desdenhados pelo Poder Público. Foram os médicos quem denunciaram o problema. Em 1969 houve dois simpósios sobre o tema e, no mesmo ano, um exame bacteriológico. Por volta dessa época a comunidade médica reclamava um maior controle da qualidade da água, na falta de um monitoramento freqüente, tratando de conscientizar a população e o Poder Público. Que, por sua vez, escamoteava os poucos dados de que dispunha, ocultando os índices de poluição³⁵. Havia mesmo um desconhecimento geral do assunto. A expectativa em 1971 era que o emissário solucionasse tudo, o que não aconteceu³⁶. Não se tomou ciência que eram necessários ainda os interceptores e coletores, e as ligações domiciliares, o que ainda não ocorreu também com as reformas mais recentes.

Depois dessa etapa de alerta da classe médica, institucionalizou-se o monitoramento por meio do antigo CRA, valendo da imprensa para propagar seus alertas para a população. Deve-se observar que os periódicos não são somente documento, um registro, mas a própria *veiculação de massa* desses anúncios, inclusive sob formas discretas, como a tabela das marés e do tempo, com reportagens ocasionais e repetitivas em conteúdo, e com dicas dos órgãos de segurança para os perigos da praia. Os meios de informação são, assim, parte da própria tessitura do fenômeno estudado.

A discrepância localizada se daria, portanto, pela diferença entre o real e o percebido. Assim, aos desinformados uma praia condenada pode ser sedutora. Placaford e Itapuã ainda hoje apresentam índices de contaminação persistentes, com presença constante de banhistas. E aqui cabe o escrutínio sobre o estrato social dos usuários da praia.

As classes mais pobres continuam a visitar praias mesmo quando se recomenda o contrário. Também se compreende que, na medida em que é maior o nível de escolaridade dos usuários da praia, maior o efeito dos anúncios do CRA sobre sua ação à praia. Ou, mais especificamente, o justo receio aos efeitos do ambiente contaminado. Inclusive no sentido oposto, de não se desarraigarem de preconceitos contra águas hoje limpas. Isso explicaria as regiões ainda desertas apesar da qualidade da água: por uma certa inércia dada pela imagem ambiental do lugar. Essa diferença de comportamento ambiental não é hipótese

disparatada. Silva e Fernandes (1996) apontam que, em Salvador, havia diferentes interpretações e preocupações ambientais a depender das classes sociais. De entrada, que, enquanto as classes mais pobres preocupavam-se com itens de infra-estrutura básica e serviços públicos, as classes mais ricas demonstravam preocupação por itens mais intangíveis, como a poluição sonora e a qualidade do ar. E, para o que diretamente nos importa, que dentro de uma gama geral de preocupações ambientais na cidade inteira, a classe média demonstrava preocupação maior que a classe baixa com a poluição da praia. Sintomática que as classes altas não demonstravam *nenhuma* preocupação com as praias. Talvez porque, tendo alto grau de mobilidade, as praias urbanas não representassem um cotidiano e, portanto, um problema.

Fora essa diferença na percepção entre o sujo e o contaminado, há outra questão. O receio da contaminação só faz sentido nessa fuga centrípeta das praias demandadas se houver *mobilidade* das pessoas, seja de carro ou de ônibus. A história da ocupação da orla atlântica está balizada por vias e pontes continuamente aperfeiçoadas e melhorias nos serviços públicos de transporte. É onde a progressão se deu com mais voracidade.

Um quadro mais estável é o da Cidade Baixa e Subúrbio; lugar afetado pela contaminação doméstica, com dificuldades geológicas de captação e, sobretudo, pelo uso produtivo do solo local e da baía. Isto é, pelas antigas fábricas da península itapagipana como a Chadler e a Souza Cruz; pelas novas fábricas do complexo industrial de Aratu, como a Dow Química e a Metacril, e pelos vazamentos de óleo da refinaria de Mataripe e dos navios. Mesmo sem a carga de efluentes, há um passivo ambiental antigo. Ao passo que nas águas atlânticas há renovação das águas, onde um índice de contaminação constante indica carga reiterada, nestas, os poluentes se sedimentam. Mas seus usuários não têm grande mobilidade e provavelmente freqüentam suas praias por falta de alternativa. Há aqueles que optam por tomar banho na ilha de Itaparica, à qual tem acesso facilitado pela proximidade das lanchas, sendo sua rota de escape. Há décadas que parte considerável do veraneio no Recôncavo Baiano tem essa população como protagonista.

Precisa ser registrado ainda que, sendo faixas de areia bastante estreitas e, por sua vez, vizinhas a bairros extremamente densos, basta uma pequena porcentagem para apinhar tais praias.

4. os resíduos das atividades de lazer

Com o que apresentamos por ora, podemos explicar o processo global dessa sucessão das praias freqüentadas. Lembremos que a história da presença massiva à praia é recente, e de certa forma coincide com a fenomenal expansão demográfica da cidade³⁷. E, dentro do tópico citado, existe ainda outro fenômeno que merece atenção.

Nas três escalas citadas, as duas primeiras lidavam majoritariamente com efluentes, em escalas maiores. Mas não somente a água pode sujar-se, como também as areias. Os mesmos elementos que vêm à água trazida de terra ou de alhures – sedimentos e esgotos por rios urbanos ou drenos artificiais, resíduos sólidos e lançamentos de óleos nas águas – incidem na areia. A mesma dicotomia entre o visível e o invisível, entre o real e o presumido, repete-se. O controle da segurança sanitária do CRA se dá na água e não na areia. Se por um lado, a salinidade da água elimina parte significativa dos agentes patogênicos biológicos, por outro é na areia que o usuário passa a maior parte do tempo. As poucas medições na areia, apesar de graves³⁸, acabam por não influenciar na progressão de uso das praias; apenas os índices de balneabilidade são acompanhados.

Os coletores locais e os rios concentram cargas contaminantes; há outro fator em ação na praia, porém pulverizado. Pontual, não afeta trechos ostensivos do litoral. Ele se tornou mais evidente nos últimos anos. Acompanhando as queixas quanto ao litoral, houve nítida alteração no perfil das notícias de poluição. As primeiras dizem respeito a esgotamento sanitário – dos anos 60 aos 90, essa é a tônica. O Programa Bahia Azul modifica este quadro. Tornam-se notícias esporádicas sobre águas impróprias durante chuvas, ademais de casos crônicos, de praias ainda não atendidas. Destaca-se um novo tipo de problema: a poluição pelo próprio usuário. Não mais das águas, mas da areia; não mais coliformes, mas detritos. Restos de alimentos e sua fauna, vetor de doenças. Recrudesce o problema do saneamento das águas, deslocando-se para o lixo na areia, e se torna mais uma questão da higiene do meio incluindo os rejeitos, o entulho, o lixo alimentar³⁹. Essas questões estavam antes submersas em meio a notícias mais alarmantes de contaminação das águas.

Até por conta da mudança da origem dos problemas: não mais processos extrínsecos à praia, mas a atividade humana no próprio lugar. Existem resíduos das atividades de lazer praiano, ligados ao consumo alimentar na própria areia, especialmente em Salvador. É preciso uma equipe pública de limpeza operando diariamente para conseguir restabelecer as condições de uso, uma logística de coleta e retirada de resíduos, como um espaço urbano qualquer. Essa equipe precisa retirar da areia, para o usufruto dos banhistas, tanto os resíduos humanos como os elementos naturais interpretados como sujeira, tal quais as algas. Estas merecem tanta repugnância que nem seu cheiro é tolerado, embora

indissociável do mar. Tais rejeitos – das barracas, tendas e banhistas – atraem uma fauna própria de vetores de doenças, como ratos e pombos. Neste caso, a sujeira se converte em uma dinâmica nociva ao usuário, pela contaminação da areia e das comidas em preparo.

Outro ponto fundamental são as necessidades de evacuação humana. Em um espaço público pautado pela permanência do usuário, sanitários e similares são necessários. No caso da praia, soma-se a afluência em massa do público e a distância entre lar e lazer para parte dos banhistas. A atividade alimentar, e principalmente o consumo de cerveja, agrava tal carência. Observe-se a ironia da situação – a poluição é ditada, inicialmente, pelo próprio homem e pela total ausência de outro tipo de intervenção. O homem, em grande número, é em si um agente de perturbação do ambiente, inclusive para seu usufruto próprio.

Foram construídos, entre 1984 e 1985, no bojo do Projeto Orla, doze mirantes salvavidas, entre o Jardim de Allah e Itapuã, em quase 10 km de litoral atlântico, distando entre si 800m em média. Além de insuficiente para a demanda efetiva, arruinaram-se logo em seguida⁴⁰. Do que foi divulgado inicialmente do Projeto Orla, que foi bastante alterado durante sua implantação, constavam 6 balneários, com sanitários. O município elaborou um plano para acoplar-se a esse projeto do Governo do Estado. Chamou-se Plano de Estruturação da Orla Marítima e sua Área de Influência, e ia em direção inteiramente oposta. Entendia que a praia deveria constituir-se no Parque Setorial da Orla Marítima e, calculando sua capacidade de atendimento em “apenas 418.200 habitantes” (PMS, 1984), julgava-o insuficiente para atender a demanda efetiva da cidade. Ainda que fosse esse o número de usuários, os equipamentos para asseio eram francamente irrisórios.

Houve reiterados intentos do Poder Público em sanar a situação. Em 1998 a Prefeitura recuperou os mirantes, que novamente se deterioraram em pouco tempo. Procurou-se ainda terceirizar o serviço, por meio de empresas de mídia exterior. Em 2000 implantou-se, ao longo da orla, sanitários auto-limpantes da JCDecaux⁴¹. Alguns foram vandalizados, outros danificados pela inabilidade dos usuários: no geral, não se incorporaram ao cotidiano da cidade. Por último, emergencialmente, locou-se sanitários químicos para substituir os mirantes vandalizados em 2004⁴², e em 2005 um lote maior para suprir as demandas do verão⁴³. Nenhuma solução foi exitosa.

Na prática, quem supriu os banhistas foram as barracas de praia. Durante anos essa iniciativa foi entendida como um problema, pelo Poder Público e imprensa.

Além disso, os barraqueiros estão construindo ‘sanitários’ nas praias. Cercam um espaço com folhas de material plástico não transparente, cavam um buraco no chão e está pronto o ‘sanitário’. Quando o buraco fica cheio, tampam-no com areia ou terra, mudam o anteparo para

pouco adiante e abrem novo buraco. Assim nossas praias estão se transformando em fossas, aos olhos indiferentes das autoridades (BERBERT, 1982).

Assim, de modo clandestino, e com irregularidades técnicas, construíram seus próprios sanitários e chuveiros. Quando mal feitos, contaminavam a areia, sem que ninguém o percebesse – novamente, a diferença entre o visível e o invisível. Quem não pôde prover esse equipamento, por falta de espaço ou recurso, perdia a clientela, uma vez que os improvisos não eram solução consistente, para os usuários e para os vizinhos, transeuntes e moradores. Era, portanto, um serviço essencial na severa concorrência pelo banhista, incluído na conta dos clientes, e pago em separado para o banhista que não consumia na barraca. Em 2002, portaria municipal finalmente autorizou o barraqueiro a construir sanitários, reconhecendo na iniciativa a única solução dadas as circunstâncias, desde que regularizado seu alvará de funcionamento, e seguindo certos pré-requisitos técnicos⁴⁴.

Nem todos os estabelecimentos conseguiram construir seus sanitários e, quando o fizeram, nem sempre tem fossa ou depuração adequada. Em muitos lugares a tônica é o improviso, usando-se as instalações de estabelecimentos vizinhos e, pior, o mar ou muros próximos. As piores praias quanto à oferta de banheiros, segundo os próprios barraqueiros, seriam a Ribeira, Boa Viagem e Amaralina⁴⁵, sempre com queixas dos banhistas e moradores. Mas também há problemas em Ondina, no Jardim de Allah e num sítio turístico como o Porto da Barra – especialmente, no monumento, em homenagem ao fundador da cidade, Thomé de Souza.

Este não é um ponto menor. Curiosamente, essa escala estritamente local, pontual até, de contaminação, é mais impactante à percepção de que certos graus de contaminação por meio dos rios urbanos e saídas pluviais. E afeta o uso da praia para o lazer, na medida em que surgiu um público que ia em função do bar, e não mais do mar (PAZ, 2008). Por um lado, o improviso de várias pessoas provoca tal situação. Por outro, a ausência de sanitários é uma deficiência sentida. A demolição atual das barracas de praia acabou por esvaziar as praias. Sem nenhum apoio de sanitários, mulheres e famílias deixaram de ir; quem vai, precisa recorrer aos expedientes do passado, de infeliz memória.

5. conclusão

Nas cidades brasileiras litorâneas, vimos o processo de transformação das praias, do natural ao artificial, do rural ao urbano e, nisso, muitas vezes, com uma ocupação pioneira privilegiada para, depois, um acesso massivo. A literatura sobre o assunto dá conta dessa

sucessão de estratos sociais. Contudo, embora se documente a invasão dos “intrusos” e o distanciamento dos “indesejáveis”, ainda assim não se explica o abandono e o ermo em praias antes densamente ocupadas.

Levantamos como hipótese central para o abandono a poluição, na forma da contaminação das águas. Em nossos estudos na literatura sobre as praias, em poucos momentos vimos uma associação, ainda que em breve menção, entre o grau de poluição e a fuga para o mar aberto⁴⁶. O acompanhamento do registro em periódicos e documentos oficiais do grau de contaminação das águas e da afluência do público permite relacionar ambos os processos.

Se isso é claro ao longo das décadas e no litoral atlântico, apresenta exceções na orla interior e principalmente nos últimos anos, após obras de saneamento que recuperaram a qualidade das águas. Assim, ficaram duas perguntas por responder: por que certas praias contaminadas ainda eram demandadas, enquanto outras, agora despoluídas, persistiam no abandono.

A hipótese subsidiária que aventamos foi a diferença na imagem ambiental do litoral, entre a objetividade do nocivo e a percepção do sujo. A consciência da contaminação química e microbiológica, muitas vezes imperceptível, é relativamente recente, a partir do monitoramento oficial das águas, e sua difusão pelos meios de comunicação. Antes os indícios eram aqueles retidos pelos sentidos, como línguas negras e mau cheiro. Porém, a partir dessa informação pública, temos dois comportamentos radicalmente distintos.

Certas praias, hoje limpas, continuam desertas, e acreditamos numa retenção da imagem ambiental anterior à última década, quando da sua descontaminação. E outras, contaminadas, com público constante. Estas coincidem com usuários de renda menor. Aqui pode dar-se tanto a desinformação, ou o descaso com a informação publicada, como ainda a falta de mobilidade. Lembrando que as praias em questão são estreitas e próximas de áreas muito povoadas, bastando uma afluência percentualmente pequena. De toda maneira, são questões em aberto.

Acreditamos que a explicação geral para o processo das últimas quatro décadas continua válida, com suas exceções – que não deixam de ser fenômenos singulares, dignos de estudo, como a permanência e diversidade do público no Porto da Barra. Isolando, assim, alguns poucos fatores como elementos cruciais atuantes na escala de tempo e espaço adotada. Embora algo um tanto evidente, a contaminação das águas e, no geral, a deterioração ambiental é uma ausência na literatura, historiográfica e sociológica, sobre o

tema. Quase como se a escolha dos destinos praianos se desse em função das pessoas presentes e serviços, e não da própria qualidade do ambiente físico.

O dilema entre a procura por um ambiente saudável e a marcha da contaminação pela urbanização não é algo passado. Stella Maris, Praia do Flamengo e Aleluia hoje em dia já mostram os efeitos da urbanização, enquanto a primeira praia de Morro de São Paulo, apenas para ilustrar a abrangência da dinâmica com uma localidade fundada no turismo praiano, já está comprometida. Também atual é a última questão levantada, sobre os resíduos da atividade humana na praia e sua incompatibilidade imediata ao próprio uso, sem os equipamentos e serviços adequados para sua retirada e acondicionamento. Diante da intervenção recente da Prefeitura Municipal de Salvador, com a retirada do comércio de praia, das instalações precárias às requintadas, e sem contrapartida imediata de apoio hidro-sanitário, e seus impactos na frequência e higiene da praia.

São, portanto, fenômenos que, longe de encerrados, ainda estão a operar na ocupação litorânea da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Emanuel Araújo. *Teatros dos Vícios – transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- AZEVEDO, Thales. *A Praia – espaço de socialidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia – Centro de Estudos Baianos, 1988.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *Plano Diretor da Orla Marítima – Porto da Barra – Açú da Torre*. Salvador, 1973.
- BERBERT, José Augusto. A orla marítima de Salvador está degradada. *A Tarde*, 24 out. 1982. Salvador.
- CEPED – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento. *Classificação Dinâmica das Praias de Salvador – relatório final*. Salvador: dez. 1979.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia e SILVA, Ângela Maria Falcão da. Banhos de Mar na Praia do Futuro (Fortaleza/ CE). IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2005, Manaus. *Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Manaus: AGB, 2005, vol.1.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/ Ceará. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 01, n.01, 2002. Disponível em: <www.mercator.ufc.br> Acesso em: 30 dez. 2010.
- GASPAR, Claudia Braga. *Orla Carioca – história e cultura*. São Paulo: Metalivros, 2004.
- GOMES, Paulo César da Costa Gomes. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 2ed.
- LACERDA, José Antônio Almeida de (org). *Relatório de Avaliação das Condições de Balneabilidade das Praias do Município de Salvador*. Salvador: CRA, s/d.
- LOPES, Licídio. *O Rio Vermelho e Suas Tradições – memórias de Licídio Lopes*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984, 112p.
- MACEDO, Sílvio Soares e PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Do Éden à Cidade – transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YAZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). *Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MAGNEVITA, Alex Marco Gama; SOUZA, Ilza Alves de e KHOURY, Shefic Karaoglan. *Considerações ambientais sobre a praia de Itapuã – poluição de água e areia do trecho compreendido entre a Sereia e o Farol de Itapuã*. 1988-1989. Monografia submetida ao colegiado do

Curplan em planejamento e administração de recursos ambientais. UCSAL-CRA-IBAMA, Salvador, 1988-1989.

OLIVEIRA, Maria Helena Freire. *Itapuã: uma identidade cultural perdida*. 1991. Monografia submetida ao colegiado do Curplan em planejamento e administração de recursos ambientais. UCSAL-CRA-IBAMA, Salvador, 1991.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Praias de Portugal – guia do banhista e do viajante*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943 [originalmente publicado em 1876].

PAZ, Daniel. *Do Jardim ao Farol: uma análise dos usos nas praias de Salvador e sua arquitetura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura da UFBA, Salvador, abril 2008.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador. *Cidade do Salvador*. Salvador: Divisão de Estatística e Divulgação da Prefeitura de Salvador, 1941.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador. *Plano de Estruturação da Orla Marítima e sua Área de Influência*. Salvador: Programa MINTER/ Salvador, SEPLAM. Dez. 1984.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques Porto Filho. *Rio Vermelho*. S/ data; s/ impressão.

RIO VERMELHO – Projeto História dos Bairros de Salvador. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

SILVA, Paulo Rogério Guimarães da e FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A Questão Ambiental Urbana e a Qualidade de Vida em Salvador – contextos, percepções e práticas frente a esta problemática. *Cadernos do CEAS*, n.164, julho/ agosto 1996. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1996.

SOFFIATI, Arthur. Água e Turismo. *Revista Eco 21*, Ano XIII, n77, abr. 2003, Rio de Janeiro.

¹ O processo de antropização e urbanização de tais “paraísos” é narrado por Arthur Soffiati (2003).

² Engana-se quem acredita que o veraneio litorâneo é homogêneo na ocupação costeira e seu perfil, como se pode ver já no séc. XIX, no litoral português, conforme narrado por Ramalho Ortigão (1943).

³ Vencer os rios era um desafio nessa vilegiatura. O rio Jaguaribe era um dos principais empecilhos para se alcançar Itapuã. Foi em 1935 que um particular, Manoel dos Santos Lisboa, iniciou o transporte pela estrada de cascalho com uma “marinete” (OLIVEIRA, 1991). Igualmente, para alcançar a Praia do Forte, o rio Pojuca foi obstáculo.

⁴ Thales de Azevedo, citando o mensário *A Luva* de maio de 1930, mostra essa situação para o Porto da Barra. Encontramos descrição não muito distante em reportagem bastante posterior, PESQUISAS ESCONDEM ALTO ÍNDICE DE POLUIÇÃO, *A Tarde*, 3 fev. 1973, p1.

⁵ A BOCA DO RIO NÃO TEM MAIS OS ENCANTOS DA DÉCADA DE 70. *A Tribuna da Bahia*, 10 jan. 1987, Cad. 1, p.47

⁶ AREMPEPE AINDA MANTÉM VIVO O SONHO DOS ANOS 70, *A Tarde*, 3 fev. 1985, Cad. Turismo, p.3

⁷ Porto Filho (s/d), tem como encerrada o ciclo do veraneio na década de 1930. Tanto Cid Teixeira e Honorina Sobrinho (RIO VERMELHO... 1988) estabelecem a década de 40 como a época em que se consolidou o bairro.

⁸ PESQUISAS ESCONDEM ALTO ÍNDICE DE POLUIÇÃO, *A Tarde*, 3 fev. 1973, p1.

⁹ A exemplo da praia do Corsário. NOSSAS PRAIAS PARA AS ALTEROSAS, *A Tarde*, 12 jun. 1969.

¹⁰ EXAMES REVELAM UMA ALTA CONTAMINAÇÃO NAS PRAIAS, *A Tarde*, 17 jan 1970, Cad.1, p.2

¹¹ A ORLA MUDA PARA MELHOR, *A Tarde*, 4 dez. 1984, Cad.2, p.1

¹² No caso de Salvador, podemos afirmar que a proliferação de marinas particulares como extensão dos edifícios no corredor da Vitória foi uma mudança de valorização de uma situação natural prévia e estável. Afinal, a literatura e os planos relacionados com o lazer e o turismo náutico em Salvador são recentes. Daí o simples contato com o mar, ainda que destituído de praia, ainda que acessível somente por teleférico, em íngreme encosta, tornou-se, em vez de um fundo, um espaço real e valorizado.

¹³ Gomes (2006) igualmente aponta esse deslocamento para o Rio de Janeiro, acrescentando ainda outro fenômeno: além do acesso facilitado, uma importância crescente dada à praia. Isso explicaria alguns aspectos da praia soteropolitana que, infelizmente, não estão em questão neste texto.

¹⁴ Ao contrário do que coloca Marcos Sá Corrêa (GASPAR, 2004), ao falar do Rio de Janeiro.

¹⁵ O que se assiste nos periódicos são ciclos ufanistas e apocalípticos, entre o deslumbre com a beleza natural e a crítica ao desastre da ocupação humana, do Poder Público a particulares, de empreendimentos de porte à ocupação pulverizada. Até que a dita “virgindade” dessa costa urbana fosse definitivamente suprimida, e deixasse de vez de constar em qualquer panegírico da cidade.

¹⁶ Literatura freqüente nos estudos oceanográficos brasileiros.

¹⁷ EXAMES REVELAM UMA ALTA CONTAMINAÇÃO NAS PRAIAS, *A Tarde*, 17 jan 1970, Cad.1, p.2.

¹⁸ No Porto da Barra, pescadores e vendedores deixavam vísceras de peixe e outros detritos, e moradores do entorno descartavam na praia seus objetos sem uso. PESQUISAS ESCONDEM ALTO ÍNDICE DE POLUIÇÃO, *A Tarde*, 3 fev. 1973, p.1.

¹⁹ O restaurante Barravento (não exatamente uma “espelunca”), na Barra, jogava seus restos de comida e descartáveis encosta abaixo, que paravam na praia. BARRAVENTO TRAZ POLUIÇÃO PARA PRAIA DO CRISTO, *A Tribuna da Bahia*, 10 abr. 1987, Cad.1, p.46. O mesmo vale para o Roda Viva, na Pituba segundo Ubirajara Macedo, da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura (ANDRADE, 1990, p.32).

- ²⁰ A praia de Itapuã convivia com as ossadas de baleia jogadas ao mar pelo extinta atividade baleeira e, até algumas décadas atrás, com o lixo do mercado vizinho (LACERDA, s/d).
- ²¹ Salvador recebia entre 170 e 180 navios, e era comum jogarem óleo ao mar. Manchar-se de óleo na praia, até mesmo na Pituba, era comum até os anos 1980. PESQUISAS ESCONDEM ALTO ÍNDICE DE POLUIÇÃO, A Tarde, 3 fev. 1973, p.1.
- ²² Por exemplo, uma vizinhança hoteleira não implica que turistas sejam os usuários da praia – o caso de Ondina - e nem praias de massa se relacionam com bairros vizinhos, como Piatã.
- ²³ A exemplo da Boca do Rio e do Morro da Sereia, ambas ocupações legais. Ou ainda de São Lázaro ou Vila Matos. Algumas destas receberam legislação especial para inibir a compra dos lotes e seu remembramento, para a chamada “expulsão branca”.
- ²⁴ O título da reportagem é forte. UMA PRAIA A MENOS. POLUIÇÃO VENCE DE NOVO, A Tribuna da Bahia, 4 jan. 1972, p.2. Lembrar que na ocasião os alagamentos tinham conseqüências nefastas. O Secretário da Saúde do município, Dr. Ênio Rozendo, confirmara mais 128 casos de tifo, com 3 mortes.
- ²⁵ NOSSAS PRAIAS PARA AS ALTEROSAS A Tarde, 12 jun. 1969.
- ²⁶ EXAMES REVELAM UMA ALTA CONTAMINAÇÃO NAS PRAIAS, A Tarde, 17 jan 1970, Cad.1, p.2. As duas praias da Pituba não logramos localizar com precisão.
- ²⁷ Idem.
- ²⁸ Junto à estátua da sereia e nas ruas M e N, cujos banhistas se queixavam de micoses e irritação na pele. ESGOTOS ESPALHADOS EM PRATICAMENTE TODA A ORLA MARÍTIMA, A Tribuna da Bahia, 27 mar. 1987, Cad. Cidades, p.38. Itapuã é um dos locais de ocupação mais antiga da orla atlântica, e cujo adensamento foi também pioneiro em relação a áreas mais próximas.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ Esforços vêm sendo realizados para a superação dos problemas de poluição gerados por uma indústria química situada em Arembepe, distrito de Camaçari, prevendo-se, para dentro em breve, a implantação de solução satisfatória para lançamento dos detritos ao mar. (BAHIA, 1973).
- ³¹ POLUIÇÃO AMEAÇA PRAIA DO RIO VERMELHO, A Tarde, 18 maio 1987, Cad.1, p.5.
- ³² Vale constar que o Programa Bahia Azul fora pensado em articulação com uma série de investimentos em parques públicos na orla, como o Costa Azul e o Jardim dos Namorados.
- ³³ Porto da Barra, Farol da Barra, Ondina, Amaralina (desde 1999), Pituba (desde 1998), Armação (desde 2000), Corsário (desde 1994), Patamares (desde 2002), Piatã, Itapuã (desde 2001). SUBÚRBIO AINDA TEM PRAIA SUJA, A Tarde, 25 jan. 2005, Cad. Especial, p.8.
- ³⁴ RISCO DE CONTAMINAÇÃO NÃO AFASTA BANHISTAS DA PRAIA, A Tarde, 2 abr. 2006, p.6.
- ³⁵ PESQUISAS ESCONDEM ALTO ÍNDICE DE POLUIÇÃO, A Tarde, 3 fev. 1973, p.1.
- ³⁶ AS NOSSAS PRAIAS, FINALMENTE, FICARÃO LIVRES DOS ESGOTOS, A Tarde, 8 nov. 1971. Cad.1, p.2.
- ³⁷ De 1960 a 1991, a população do município mais do que triplica, ultrapassando a cifra do milhão de habitantes em 1970, e alcançando os dois milhões em 1991.
- ³⁸ E é nestas que se encontram vários agentes patogênicos, assim como material cortante (MAGNEVITA, SOUZA & KHOURY, 1988-89). Em 2005, levantamento do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA revelou parasitos em todas as praias da Barra a Itapuã, a maioria propagada por cães. Embora ameaça objetiva à saúde dos banhistas, não parece ter sido fator crucial na sua presença nas praias.
- ³⁹ Existem momentos em que as próprias barracas de praia são consideradas lixo, associadas a favelas, entendidas como degradadas. Isso se lê nos relatórios de Avaliação da Qualidade dos Recursos Ambientais do CRA, onde o autor, José Antônio Almeida de Lacerda, fala da baixa qualidade estética das construções como um problema ambiental. E se repete a partir de 2007, com o embargo da reforma das barracas, onde seu estado inacabado e os anexos improvisados são condenados. Ou seja, o caráter de *lixo/detrito* é um valor que pode se alastrar até a arquitetura.
- ⁴⁰ SEM CHUVEIROS, O BAIANO É OBRIGADO A PAGAR PELO BANHO NAS BARRACAS DA ORLA. Tribuna da Bahia, 2 fev. 1987. Cad.1, p.2.
- ⁴¹ DIA DE SOL, PRAIA E BANHEIRO SUJO, A Tarde, 4 set. 2004. Cad.1, p.3.
- ⁴² A LUTA PELO LAZER NA CALÇADA, Tribuna da Bahia, 6 jan. 2004. Cad.1, p.7.
- ⁴³ FALTA DE BANHEIROS PÚBLICOS DESAGRADA A BANHISTAS NA ORLA, Correio da Bahia, 1 jun. 2005.
- ⁴⁴ DIA DE SOL, PRAIA E BANHEIRO SUJO, A Tarde, 4 set. 2004. Cad.1, p.3.
- ⁴⁵ Segundo Wérico Rodrigues, presidente da ACBPOMS – Associação dos Comerciantes de Barracas de Praia da Orla Marítima de Salvador. FALTA DE BANHEIROS PÚBLICOS DESAGRADA BANHISTAS NA ORLA, Correio da Bahia, 1 jun. 2005.
- ⁴⁶ Oliveira (2000) comenta que em Ericeira, balneário português, as águas do estuário estavam contaminadas quando da procura por mar aberto.